

Trabalho apresentado no 26º CBCENF

Título: PERSPECTIVAS ESQUECIDAS: NECESSIDADES NÃO ATENDIDAS DE MULHERES TRANSEXUAIS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Relatoria: Sávio Henric Lopes dos Santos
Maria Eduarda Silva Matos
Maria Eduarda Lima Vasconcelos

Autores: Letícia de Sousa Sá Carvalho
Douglas Leal Rocha
Jailson Alberto Rodrigues

Modalidade: Comunicação coordenada

Área: Eixo 1: Assistência, gestão, ensino e pesquisa em Enfermagem

Tipo: Pesquisa

Resumo:

INTRODUÇÃO: As mulheres transexuais são as mais apagadas dentro do movimento LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais) e nas esferas da sociedade. No âmbito da saúde, essas pessoas apresentam particularidades que as diferem nesse coletivo. A Atenção Primária à Saúde (APS) é o local de primeiro contato e de maior permanência dessas mulheres no acesso ao sistema de saúde, todavia, esse acolhimento muitas das vezes é negligenciado pelo Sistema Único de Saúde (SUS). **OBJETIVO:** Identificar lacunas existentes na prestação de serviços da APS que afetam negativamente as mulheres transexuais no Brasil. **MÉTODO:** O estudo consiste em uma revisão integrativa da literatura, utilizando para a busca da literatura os termos “Mulher Transexual”, “Atenção Primária à Saúde” e “Protocolo de Tratamento”. A busca pelos dados ocorreu nas bases de dados SciELO (Scientific Electronic Library Online) e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Para a inclusão foram inseridos estudos em português, literatura de domínio público e dos últimos 10 anos. Excluindo da amostra final, estudos internacionais, monografias, teses e dissertações. **RESULTADOS/DISCUSSÃO:** A pesquisa resultou em um achado de 52 estudos e após aplicar os critérios de exclusão, permaneceram 6 para compor a amostra final. Os estudos revisados consistentemente demonstraram que no que tange a inserção das mulheres transexuais na APS, observa-se que elas são tratadas de forma desigual em comparação com os demais segmentos da população, aumentando a exclusão delas em relação ao sistema de saúde que deve ser igualitário e inclusivo, tornando o acesso às ações e serviços de saúde por esse grupo, limitados e escassos. A centralização e regionalização de ambulatorios especializados também é um problema, visto que, gera uma baixa acessibilidade por parte do sistema. Seus corpos são patologizados pelos profissionais da APS, que associam a identidade de gênero dessas pessoas à problemas psicológicos, contrariando a decisão da Organização Mundial da Saúde (OMS) que retirou a transexualidade do hall de doenças e transtornos mentais. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Em última análise, para que o SUS possa funcionar de forma inclusiva, conforme seus princípios e diretrizes, é necessário a capacitação dos profissionais, com ênfase em discursões sobre diversidade sexual e de gênero. Políticas públicas devem ser criadas com a finalidade de eliminar barreiras sociais e violência institucionalizada sofrida por essas mulheres.